
Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade do Estado do Pará

Belém-Pará- Brasil



Revista Cocar. V.18 N.36 / 2023. p. 1-22

ISSN: 2237-0315

Educação de Surdos: o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o Tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa

Deaf Education: the collaborative work between the common room teacher and the Sign Language and Portuguese Language Interpreter Translator

Sirlene Vieira de Souza

Universidade de Pernambuco (UPE)

Garanhuns, Brasil

Meire Santos Pereira

Neiza de Lourdes Frederico Fumes

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Maceió, Brasil

Resumo

Este artigo é um recorte de Tese em Educação. Pesquisa convênio Capes-FAPEALⁱ e aprovada pelo comitê de éticaⁱⁱ. Discutimos o potencial do trabalho colaborativo para práticas bilíngues na Educação de Surdos e sua inclusão escolar, problematizando as mediações que tensionam a atividade do professor e do tradutor intérprete de Língua de sinais e língua portuguesa- TILSP, a matriz teórico-metodológica foi o materialismo histórico-dialético e a psicologia sócio-histórica. Evocamos as categorias Historicidade, Trabalho, Mediação e Atividade. Os resultados apontaram para a necessidade da oferta de uma formação que considerem os sentidos e significados que os professores atribuem à prática com estudantes Surdos e as suas subjetividades; que há um desvio de função no trabalho dos TILSP e que o trabalho colaborativo mediado pelo coensino é um caminho possível dentro das condições materiais postas.

Palavras-chave: Tradutor/Intérprete de Libras; colaboração; Bilinguismo.

Abstract

This article is an excerpt from a Thesis in Education. Research agreement Capes-FAPEAL and approved by the ethics committee. We discuss the potential of collaborative work for bilingual practices in Education for the Deaf and their school inclusion, problematizing the mediations that stress the activity of the teacher and the interpreter translator of Sign Language and Portuguese Language - TILSP, the theoretical-methodological matrix was historical materialism -dialectic and socio-historical psychology. We evoked the categories Historicity, Work, Mediation and Activity. The results pointed to the need to offer training that considers the senses and meanings that teachers attribute to the practice with Deaf students and their subjectivities; that there is a function deviation in the work of TILSP and that collaborative work mediated by co-teaching is a possible path within the given material conditions.

Keywords: Libras Translator/Interpreter; collaboration; Bilingualism.

1. Introdução

A educação de Surdos no Brasil continuou sendo ao longo de muitas décadas um grande desafio, principalmente, quando se trata do atendimento aos estudantes Surdos da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Isto porque 95% das crianças Surdas são filhas de pais ouvintes e, conseqüentemente, chegam à escola sem a aquisição de uma primeira língua- Libras.

Diante dos desafios apresentados à rede Municipal de Educação de uma cidade Nordestina, a sua Coordenadoria Geral da Educação Especial - CGEE, desde o ano de 2018, vinha trabalhando no desenvolvimento de uma proposta para o Ensino Bilíngue de Surdos com base nas políticas públicas Nacionais, Estaduais e Municipais, organizando uma série de atividades. O objetivo da proposta era garantir aos estudantes, o seu pleno desenvolvimento linguístico, cognitivo, educacional e social, oportunizando-lhes o acesso a Libras como sua primeira língua e o ensino do português escrito como segunda língua.

Por isso, apreender os princípios do bilinguismo anunciado pela rede municipal e o que está posto na literatura, é de fundamental importância para compreendermos como está estruturada a Educação de Surdos no município. Comumente o bilinguismo de Surdos é reduzido a ideia do uso e domínio de duas línguas, nesse caso, a Língua de Sinais-LS e a língua oral e/ou escrita do país ao qual pertence.

Essa concepção é fundamentada na compreensão clássica do bilíngue, onde se acredita que ambas as línguas são de igual domínio pelo falante, o recente reconhecimento e estudos sobre as línguas de Sinais e a condição linguística dos surdos, apontam para os equívocos divulgados na área do bilinguismo (GROSJEAN, 1992, 1994, 2008; WEI, 2013). Um dos principais é limitar a definição do bilinguismo como o uso fluente de duas línguas, premissa assumida pelo município onde o estudo foi desenvolvido. "Todavia, nos estudos em Linguística, os conceitos de Bilinguismo, ao longo do século XX, foram-se tornando mais amplos" (SILVA, 2017).

Assim, diferentemente de uma visão tradicional de bilíngue, deve-se considerar uma visão ampla, na qual esse é visto como um todo integrado, em que a coexistência de duas línguas produz um sistema linguístico completo, mas diferente. E, assim, vai se delineando diferentes tipos de bilinguismo (SILVA, 2017).

Nesse movimento do uso de duas línguas, no ano de 2018 no município em questão, as crianças Surdas estavam inseridas na sala regular acompanhadas por um intérprete de Libras que atuava, não apenas, para intermediar a comunicação entre os professores e demais atores sociais da escola, sobretudo, em uma tentativa de parceria com o professor regente a fim de que, a condução do processo pedagógico alcançasse os objetivos propostos.

Na escola, o tradutor intérprete de Língua de Sinais e língua portuguesa - TILSP é um agente ativo (LACERDA, 2010; SOUZA, 2012), desenvolve atividades que extrapolam o campo da acessibilidade e caminham ao pedagógico, adapta e/ou cria recursos didático-pedagógicos que se apoiam na visualidade para favorecer o processo de aprendizagem do estudante Surdo na sala comum. Contudo, na prática, essas atribuições do intérprete são alargadas e o profissional acaba assumindo toda a responsabilidade pela condução do processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos.

Desta forma, se tem estabelecido uma prática colaborativa entre "professor intérprete de Libras" e o professor regente da sala comum? Em outras palavras, a prática colaborativa se configura no processo de Ensino Bilíngue para Surdos no Município e o trabalho colaborativo poderá se configurar como uma possibilidade de avanços para a educação de surdos? Em quais medidas?

Nessa direção, nosso objetivo foi compreender os tensionamentos da atividade dos professores e tradutores intérpretes de Libras-língua portuguesa na educação de surdos do Município e discutir as possibilidades do trabalho colaborativo e o coensino para a promoção da Educação Bilíngue para estudantes com surdez em uma cidade do Nordeste.

2. A identidade e a atuação profissional dos tradutores intérpretes de Libras em uma cidade do Nordeste

Identidade está relacionada às mais variadas áreas da vida humana- social, cultural e econômica. A produção dessa identidade está atrelada à forma de estruturação e de organização da sociedade. Para Silva (2011, p. 82.), "[...] a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre 'nós' e 'eles'". Falar sobre a identidade do profissional tradutor intérprete de Libras é, sobretudo, compreender os determinantes que contribuem para a construção dessas identidades.

Educação de Surdos: o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o Tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa

Assim, o desenvolvimento local da Educação de Surdos seguiu as transformações produzidas pelo movimento da Educação Inclusiva que provocou uma reorganização das classes comuns a partir da década de 1990.

Naquela conjuntura, os primeiros profissionais tradutores/intérpretes de Libras e Língua Portuguesa, foram contratados pela Secretaria de Educação do Município - SEMED, para atuarem na inclusão dos estudantes Surdos e acompanhamento de suas famílias em meados dos anos 2000. O trecho do projeto a seguir, faz o resgate do processo de ingresso dos intérpretes na rede municipal, o cargo criado era denominado "professor intérprete de Libras" e "professor instrutor de Libras", este último, sem aprovações no certame,

Mediante os avanços legais e linguísticos em torno da língua de sinais, em 2006 houve o primeiro concurso para professores na área de LIBRAS na rede municipal de educação, sendo aprovados 06 professores/intérpretes de Libras e nenhum professor/instrutor de Libras (PROJETO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DO MUNICÍPIO, 2019, n.p.).

Um fato a se considerar, seria não encontrarmos na legislação as figuras do "professor intérprete de Libras" e "professor instrutor de Libras". O decreto 5.626/2005 apresenta a formação e função do Instrutor de Língua Brasileira de Sinais; Tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa- TILSP; professor ouvinte Bilíngue e Professor de Libras. Diferentemente, sobre a formação e as atribuições do "professor intérprete de Libras" e "professor Instrutor de Libras", o projeto elenca:

Formação do intérprete de Libras: Ensino médio ou ensino superior com Prolibras ou certificação em tradução e interpretação da Libras reconhecido por instituições credenciadas ao MEC. *Formação do professor instrutor de Libras:* Ensino médio normal completo (antigo magistério) e possuir cursos de educação profissional, cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas, por secretarias de educação, nos termos do Art. 6º do Decreto Federal nº 5.626/2005, ou ensino superior completo em Pedagogia ou Curso Normal Superior, em que a Libras e a Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue, nos termos do Art. 5º do Decreto Federal nº 5.626/2005, ou Ensino superior completo em licenciatura em Letras/Libras (PROJETO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DO MUNICÍPIO, 2019, n.p. grifo nosso).

Contudo, quando comparamos os dois documentos, observamos que no projeto há uma mescla no perfil do "professor instrutor de Libras", ou seja, uma junção do perfil de

professor de Libras com o de instrutor de Libras. Nas exigências, o decreto nº 5626/05 aponta para esses dois perfis nos artigos 4º, 5º e 6º, diferenciando-os.

Vale destacar que o decreto nº 5.626/2005 não orienta atribuições voltadas à docência na função do TILSP, justamente porque para a docência, o decreto traz a figura do professor de Libras, professor ouvinte bilíngue e instrutor de Libras em nível médio. Todos estes, com uma formação pedagógica para atuação escolar e para o ensino técnico-instrumental da Libras, nos vários níveis e etapas da Educação.

Quando afirmamos que as atribuições do tradutor intérprete de Libras não abrange a docência pelo referido decreto, entendemos também que a mesma definição deveria constar no projeto de Educação Bilíngue do Município.

Apesar disso, várias pesquisas desenvolvidas sobre a temática mostram que os TILSP acabam por assumir "compulsoriamente" o papel de professores na Educação de estudantes Surdos (ROMEIRO, OLIVEIRA; SILVÉRIO, 2014). Reside nesse movimento um princípio de contradição, embora no projeto, o item formação não faça alusão a um perfil para o ensino, no item "atribuições" desse mesmo documento, dentre as várias orientações para o desempenho do "professor tradutor intérprete de Libras", destacamos

Atribuições do intérprete de Libras: Produzir, aplicar e utilizar os materiais didáticos acessíveis em Libras e Língua Portuguesa para proporcionar o ensino e aprendizagem dos estudantes em L1 (ensino de Libras) e L2 (ensino de Língua Portuguesa), adaptados às necessidades de cada criança/estudante, planejadas e construídos pelos/as professores/as do AEE/SAEEB, professor de sala de aula comum, Coordenador Pedagógico e pela CGEE (PROJETO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DO MUNICÍPIO, 2019. n.p.).

Sobre as atribuições do "professor instrutor de Libras", o Projeto de Educação Bilíngue do Município define:

Trabalhar com ensino de Libras em turmas bilíngues, no Serviço de Atendimento Educacional Especializado Bilíngue (SAEEB) ao estudante com surdez, podendo, também, ministrar cursos para funcionários da escola e pais dos estudantes surdos ou interessados, organizar o planejamento de suas atividades com estudantes surdos, registrar o cronograma dos atendimentos aos estudantes com surdez nas turmas bilíngues do SAEEB e dos cursos ministrados (2019, n.p.).

Nas atribuições, o caráter pedagógico está presente no desempenho do profissional denominado "professor Tradutor/Intérprete de Libras", este, diferencia-se do que está posto no decreto 5.626/2005, acerca do tradutor e intérprete de Libras:

§ 1º O profissional a que se refere o caput atuará: I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino; II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades

Educação de Surdos: o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o Tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa

didático-pedagógicas; e III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino (BRASIL, 2005, n.p.).

Essas designações e atribuições que os profissionais assumiram quando ingressaram na rede na Municipal de Educação, sofreram mudanças, ao menos parcialmente no quesito designação. Em 2017, no concurso da rede municipal, o cargo passou a ser: professor de Libras, tradutor/intérprete de Libras e Instrutor de Libras. O perfil de formação estava alinhado completamente ao que o decreto Federal (BRASIL, 2005) já preconizava, porém, as atribuições eram as mesmas sinalizadas anteriormente.

2.1 Os fundamentos da colaboração: A escola como campo de investigação

Iniciar nossa discussão é atravessar leituras que nos conduzem aos fundamentos das pesquisas de tipo colaborativa, principalmente porque esse tipo de estudo se orienta pelas diversas formas de ação coletiva para a resolução de problemas e transformação social (THIOLLENT, 1986).

A pesquisa colaborativa, em suas várias configurações (IBIAPINA, 2008; IBIAPINA, BANDEIRA; ARAÚJO, 2016), se desenvolve no seio da pesquisa-ação. Essa linha não é exclusiva do campo da Educação, antes, se amplia pelas diversas áreas de atuação e do conhecimento: comunicação, organização, serviço social, difusão de tecnologia rural, militância política ou sindical, dentre outras.

Por outro lado, a pesquisa-ação diferencia-se dos moldes tradicionais positivistas que supervalorizam o controle quantitativo dos fenômenos que investigam, não lançando vista sobre o processo das interações entre os sujeitos envolvidos. Como alternativa a essas premissas, a pesquisa-ação emerge no cenário social.

Sendo comum os dissensos dentro do campo científico, Thiollent (1986), metodólogo que sistematizou a discussão da pesquisa-ação mundialmente, relatou em uma de suas obras as discordâncias entre os estudiosos do método, incluindo o próprio termo a ser utilizado. O autor explica que:

As expressões "pesquisa participante" e "pesquisa-ação" são frequentemente dadas como sinônimas. A nosso ver, não o são, porque a pesquisa-ação, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante (THIOLLENT, 1986, p. 7).

Assim, a pesquisa-ação é um método versátil. As questões valorativas são flexíveis devida sua ampla definição, daí a importância de se ter atenção quando se toma a pesquisa-

ação como método de investigação, pois essa nem sempre será sinônimo de emancipação humana. Os valores vigentes de cada sociedade alteram o teor das propostas de pesquisa-ação.

Por isso, pode-se encontrar diferentes formas nas áreas de uso da pesquisa-ação ou pesquisa participante, como queira denominar, visto que não há uniformidade no uso dos termos dentro da literatura. Para Thiollent (1986), toda pesquisa-ação é participante, porém, nem toda pesquisa participante é pesquisa-ação.

Nesse sentido, o trabalho colaborativo e o coensino, estão amparados na premissa básica que é a resolução de problemas com vistas à transformação da realidade, todo processo de ensino deverá ser pautado pelo movimento da produção de conhecimento, todo professor poderá ser um pesquisador da própria prática e das práticas do coletivo no qual se insere. Essas premissas encontram amparo na pesquisa ação, por isso mesmo escolhemos essa configuração de pesquisa interventiva.

Ademais, o modelo de trabalho colaborativo e coensino são baseados na abordagem social porque pressupõe que a escola deve ser modificada e que é preciso qualificar o ensino ministrado em classe comum, local onde o estudante passa a maior parte do tempo de sua jornada escolar. O coensino ou ensino colaborativo envolve um trabalho de parceria. Essa proposta pressupõe:

mudanças na organização escolar, como a contratação de professores de educação especial em número suficiente para oferecer suporte na classe comum, a formação de equipes colaborativas, a inserção dos recursos materiais necessários na classe comum e a melhoria na qualidade do ensino para todos (MENDES, VILARONGA e ZERBATO, 2014, p. 26).

Assim, o trabalho colaborativo requer um maior investimento econômico e de recursos humanos que os demais serviços de atendimento exigem. Os estudos colaborativos atendem à produção de pesquisas e favorecem a formação continuada em serviço dos professores da escola regular em uma relação de bidocência em que dois professores trabalham juntos.

2.2 O trabalho colaborativo como mediação para o processo revolucionário da práxis educativa no ensino bilíngue para Surdos: um ponto de discussão política

A literatura aponta o professor da sala comum e o professor da Educação Especial como os profissionais, acertadamente indicados no estabelecimento de um movimento dentro da escola com o coensino ou a bidocência, não encontramos ampla discussão da

Educação de Surdos: o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o Tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa

parceria professor regente e TILSP, eventualmente apenas a tríade- professor comum/professor especializado/TILSP. Sobre isso:

Tuxi (2009) e Xavier (2012) encontraram em suas pesquisas de campo, intérpretes e professores que trabalhavam no regime de co-docência, e chegam a refletir que talvez seja uma das alternativas para amenizar este conflito. Justificam que nas séries iniciais o papel do intérprete é muito confundido, diferente do ensino médio, superior e profissionalizante onde os surdos são adultos. [...] Por mais que o intérprete tenha a formação específica e saiba que sua função é apenas mediar a comunicação não se pode negar que seu trabalho na sala de aula é complexo (SUZANA, 2014, p. 3-4).

Não há consenso entre os pesquisadores da área da Educação de Surdos sobre a nomenclatura e função, não é por acaso o fato. Historicamente, os profissionais da Educação Especial foram constituídos em uma função de tutoramento das pessoas com deficiência e por extensão das pessoas Surdas, sendo estes últimos categorizados social e culturalmente como "*deficientes*".

Outros determinantes se encontram nesse ponto, dentre os vários, o recente reconhecimento da profissão do Tradutor/Intérprete de Libras-Língua Portuguesa, através do dispositivo legal nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, mesmo com o reconhecimento, a atividade desse profissional não se restringe ao que está posto nos dispositivos legais, como dito, o Tradutor/intérprete de Libras desenvolve um trabalho fundamentalmente pedagógico.

Esse desvio de função, expressa as condições materiais do ensino dito bilíngue para Surdos dentro do município, comumente exposto por outras pesquisas (VALIM; RAGGI, 2020; RIBEIRO, 2020; SILVA LIMA, 2020) a despeito da atuação do intérprete em outras regiões do país.

Por isso nessa pesquisa, o trabalho foi desenvolvido dentro das condições concretas que se apresentavam no município, reafirmamos, que tal realidade não estava alinhada plenamente ao que estava previsto em lei, a saber, salas de instrução Libras e Língua portuguesa na educação infantil e fundamental I e a figura do tradutor intérprete no fundamental II, Ensino médio e Superior (BRASIL, 2005).

Reconhecidamente, o projeto de Educação bilíngue para Surdos intentava de alguma forma aproximar a realidade da rede ao que preconizava a legislação, no tocante à organizar salas de Atendimento Educacional Especializado Bilíngue- SAEEB, ainda sim, os profissionais que atendiam aos estudantes Surdos do fundamental I eram os intérpretes

de Libras, e apenas no ano de 2022, foi designado ao espaço do SAEEB de uma das escolas que iniciou a implementação do projeto de ensino bilíngue para estudantes com surdez, um professor Surdo que participara via seleção simplificada de um certame da secretaria Municipal de Educação.

Por outro lado, há uma reformulação nas ações, porém, as mudanças não são estruturais, permanecendo no campo reformista. Dentro desse contexto nos parece mister trazer as ideias de Ball e Bowe (1992), para nos auxiliar na compreensão das determinações sociais que permearam todas as ações de pesquisa. Os autores sistematizaram, o que chamaram de ciclo de políticas.

O ciclo de políticas, nos ajudam a compreender a dialética entre os processos de formulação e implementação das políticas linguísticas e da Educação em geral, situadas dentro de um campo de disputas e embates políticos ideológicos. O ciclo está organizado em "*políticas propostas*", "*política de fato*" e "*política em uso*" (BALL; BOWE, 1992), importante destacar que esses três elementos são dinâmicos e flexíveis como bem formulou os autores nas discussões de sua obra à posteriori. Não iremos nos deter exaustivamente sobre a teorização do ciclo de políticas nesse momento, nos importa por hora, entender que na formulação e implantação de políticas, vários contextos se articulam dialeticamente:

Os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto de produção de texto, e o contexto de prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não tem uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (BOWE et al, 1992, 99).

Ademais, cientes da dinâmica que é o constructo das políticas instituídas, sobretudo as da Educação, aqui damos ênfase a política em uso, ou seja, a maneira como se evidenciou a política de Educação de Surdos no Município com a elaboração e implementação processual do que se nomeou de Ensino Bilíngue para Surdos. Foi nesse contexto que desenvolvemos ações de pesquisa, dentro de uma perspectiva de colaboração.

2.3 O tradutor/intérprete educacional e a dimensão subjetiva do processo de Ensino Bilíngue para Surdos

O desenvolvimento psicológico se dá, entre outras coisas, a partir da apropriação dos instrumentos psicológicos dos sistemas signíquicos. A força motriz para esse desenvolvimento é a relação entre o sujeito mais desenvolvido com o sujeito menos

Educação de Surdos: o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o Tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa

desenvolvido, ou seja, na discussão das zonas de desenvolvimento iminente (ZDI) em Vigotski, o par mais experiente poderá ou não ser um adulto.

Por isso, nessa relação mediada entre a criança e o par mais experiente na apropriação do conhecimento e da linguagem as figuras do tradutor intérprete de Libras e do ouvinte bilíngue, passaram a ser preponderantes nas escolas, sejam essas comuns inclusivas ou com a proposta de ensino bilíngue com salas de Atendimento Educacional Especializado Bilíngue para Surdos- SAEEB, conforme o nosso lócus da pesquisa.

Por certo, em muitos casos esses profissionais assumem mais que o papel de intérprete facilitador da acessibilidade, sobretudo de educadores bilíngues lidando cotidianamente com as necessidades educacionais das crianças Surdas, assumindo o papel de um segundo professor em sala de aula.

Assim, diante do desafio do ensino para Surdos, são os intérpretes educacionais que estão na "linha de frente", devendo se adequar à realidade imposta e ao nível de ensino no qual atuam, a fim de suprir as necessidades linguísticas, comunicacionais, emocionais, culturais, identitárias e socioeducativas das crianças Surdas no ambiente escolar. Sendo naturalizado esse processo como sinônimo de Ensino Bilíngue dentro dos sistemas educativos do Brasil, o que se mostra incompatível com os princípios do bilinguismo para Surdos defendidos na literatura.

Outrossim, é a partir das relações estabelecidas com os intérpretes que as crianças Surdas iniciam o primeiro contato com a língua de sinais, visto que nem sempre as escolas possuem em seus quadros professores Surdos, o que seria ideal para o seu desenvolvimento, segundo afirma Reis (2006, p. 88), pois o professor Surdo “expõe sua cultura, sua língua de sinais, sua identidade e sua alteridade, onde ele pode revelar ao estudante muito do seu próprio processo formativo”.

Deste modo, a presença apenas de um profissional ouvinte, ainda que bilíngue, torna mais complexa a aquisição da primeira língua e a construção sociocultural e identitária dos estudantes. Não podemos negar a importância de ambos os profissionais, sejam eles, os intérpretes educacionais e os professores Surdos, uma vez que:

Quando o professor e o aluno utilizam a mesma língua, no caso a língua de sinais, a comunicação deixa de ser um problema. Quando ambos são surdos, os interesses e a visão de mundo passam a ser os mesmos. A fluidez de comunicação possibilita as mais variadas trocas (RANGEL e STUMPF 2004, p. 88).

Portanto, possuir fluência na língua de sinais possibilita a comunicação em sala de aula, no entanto, não constitui o intérprete uma referência linguística e identitária para a criança Surda, pois esse profissional nunca vivenciará os mesmos interesses e as necessidades da pessoa Surda, pondo limites desse ponto de vista à aprendizagem e ao papel social da escola.

3. Metodologia

Nosso trabalho se filia aos fundamentos da psicologia sócio-histórica Vigotskiana e ao Materialismo Histórico-Dialético, inclusive por formatar junto com outros artigos, a escrita final da pesquisa que resultou em Tese de Doutorado. Para Costa e Martins (2018, p. 10):

Vigotski (2004a [1982]) está totalmente em sintonia com a filosofia de Marx quando diz que se essência e manifestação coincidissem, a ciência seria desnecessária. Isso quer dizer que o fenômeno a ser estudado é muito mais do que sua forma externa, ou seja, todo fenômeno possuiria mecanismos internos inacessíveis à observação direta. A ciência seria mais do que o registro, pois para ele deveríamos conhecer a realidade para além de como ela nos possa parecer.

Por isso, a pesquisa sócio-histórica nos possibilita ir além do usual, desvelar as microestruturas que complexificam a constituição da macroestrutura social. Alcançar o não imediato, só é possível com base em fundamentos teórico-metodológicos que busquem compreender as transformações e contradições da sociedade de maneira dialética, ou seja, as leis do pensamento estão para as leis da realidade, mas uma não é o espelhamento da outra, a relação é contraditória e se constituem historicamente.

Logo, nesse desdobramento das informações produzidas durante a pesquisa, estamos trazendo para este artigo as narrativas e os discursos produzidos pelos Tradutores intérpretes de Libras sobre as relações de trabalho dentro da sala de aula, a materialidade do ensino de Surdos na rede e o documento do projeto de Educação Bilíngue para Surdos do Município. Para a construção dos dados utilizamos a entrevista coletiva:

Numa entrevista, por exemplo, ao buscarmos conhecer a história de vida dos sujeitos usuários, privilegiaremos não uma reconstituição cronológica, mas a história a partir de fatos significativos, contextualizados, na tentativa de realizar o que Lefebvre chama de movimento de “detour”, um retorno ao passado que, reencontrado e reconstruído por sucessivas reflexões, volta mais aprofundado, libertado de suas limitações, superado, no sentido dialético (PRATES, 2003, p. 4).

Dessa maneira, as entrevistas coletivas foram organizadas em 3 blocos: o primeiro com três entrevistadosⁱⁱⁱ (Hellen Keller, Jacob Rodrigues e Emmanuelle Laborit); o segundo

Educação de Surdos: o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o Tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa

bloco com dois (Laura Bridgman e Thomas Gallaudet) e o terceiro bloco com mais dois sujeitos (Alice Von e Sueli Segala), ao total para esse momento em específico, foram três encontros virtuais via plataforma google meet previamente agendados com os profissionais.

Os instrumentos e técnicas são na verdade estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto e o conteúdo a ser mediado para se chegar a uma finalidade quanto maior nosso conhecimento teórico, mais ampla será nossa cadeia de mediações, maiores as nossas possibilidades de construí-las (PRATES, 2018, p.6).

Portanto, com a finalidade de ampliar a apreensão dessa realidade vivenciada por esses profissionais, outro procedimento adotado foi a consulta exaustiva ao projeto de Educação Bilíngue para Surdos do Município, com esses dados e não apenas eles, todo o contexto, todas as "outras vozes", buscamos analisar sob uma ótica materialista:

De forma resumida, a visão materialista histórica da psicologia, para Vigotski, advinda do entendimento da psique enquanto expressão da relação que o homem estabelece com o meio social e não como simples reflexo, baseia-se na internalização das relações sociais, isto é, na reconstrução interna de uma operação externa (COSTA; MARTINS, 2018, p. 8).

Ou seja, as mediações que permeiam essas relações e ao mesmo tempo configuram e reconfiguram as significações dos sujeitos e se expressam por meio da linguagem, também nos ajudam a empreender um movimento dialético de análise que se pauta sobretudo pela historicidade do fenômeno investigado. Sobre isso:

É preciso analisar com profundidade as contradições que se ocultam ou se fetichizam na realidade, superando a pseudoconcreticidade para propor uma intervenção que tenha alcance e efetividade. E, falar em análise de realidade como primeiro, constante e contínuo movimento significa interpretá-la a partir da totalidade com suas múltiplas e articuladas determinações, que envolvem aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos (PRATES, 2003, p. 2).

Nesse intuito, buscamos Mainardes (2006), quando se debruça sobre os pressupostos de Ball e Bowe (1992) para uma leitura crítica dos processos políticos, a essa construção teórica denominaram ciclo de políticas. Para eles, "Há uma variedade de intenções e disputas que influenciam o processo político"(MAINARDES, 2006, p. 49).

4. Exposição e análise dos dados

Embora tenhamos produzido três blocos de dados a partir das entrevistas coletivas, aqui nos deteremos no bloco dois, essas narrativas foram escolhidas por apresentarem

maior amplitude para a temática discutida. Nosso movimento de análise é uma construção coletiva entre pesquisador e co-pesquisadores. Por isso:

Analisar, interpretar em conjunto com os sujeitos usuários da realidade da qual somos parte já constitui processo interventivo. Somente a partir de uma análise conjunta podemos ressignificar espaços, pensar coletivamente alternativas de enfrentamento, redescobrir potencialidades, associar experiências, buscar identificações, dar visibilidade às fragilidades para tentar superá-las, desvendar bloqueios, processos de alienação, revigorar energias, vínculos, potencial organizativo, reconhecer espaços de pertencimento (PRATES, 2003, p. 2).

Assim, construir um trabalho coletivo dentro dos processos educacionais, sejam eles voltados à formação continuada dos atores escolares e dos estudantes, se tornara mais desafiador no período da pandemia por Covid-19, previamente, informamos que quase todo o trabalho coletivo foi mediado pelas plataformas midiáticas, alternativa que tornou possível o contato entre os sujeitos, era esse um dos determinantes sociais presentes no contexto dessa pesquisa.

Por isso, antes de nos determos nas entrevistas, recuperamos aqui alguns elementos do processo de construção do projeto de Educação Bilíngue para Surdos do Município, consoante com a abordagem do ciclo de políticas discutido por Mainardes (2006), a partir dos contextos de influência, da produção de texto, da prática, dos efeitos e das estratégias políticas.

As influências para a elaboração da proposta do ensino bilíngue de Surdos na rede Municipal parte de um movimento local e nacional de Educação da pessoa com surdez, sobretudo ao fato da atual política de Educação Inclusiva não conseguir dar conta plenamente das necessidades linguísticas, identitárias e culturais da comunidade surda, sendo denunciado pela comunidade escolar, uma educação deficitária aos estudantes Surdos, quando privados de estudarem com seus pares e ter a instrução em sua língua de aprendizagem natural, a Libras.

Esse movimento de repensar a Educação de Surdos, possibilitou a aprovação da resolução nº 01/2016 do Conselho Municipal de Educação-COMED, que trazia orientações pertinentes acerca da oferta de Educação bilíngue para surdos do Município. As classes especiais de surdos foram desfeitas com o advento da inclusão em meados dos anos 2000, sem consulta prévia a comunidade surda usuária do serviço, dispersando as crianças que passaram a estudar em escolas próximas às suas residências, em muitos casos sem a

Educação de Surdos: o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o Tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa

disponibilização de intérpretes de Libras, alterando a rotina e o processo de ensino aprendizagem desses estudantes.

Nesse sentido, o projeto de Educação Bilíngue do Município buscava minimizar as perdas educacionais desse período com a oferta do ensino bilíngue para surdos em escolas polos, fundamentando-se na nova política linguística para surdos nas dimensões regional e nacional.

Não obstante, com a nova política em torno da Educação de Surdos, desde o relatório da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão- SECADI (2014), até criação de uma Diretoria de Políticas da Educação Bilíngue de Surdos - DIPEBS (2020), vinculada ao Ministério da Educação, possibilitou o início de uma reflexão sobre a necessidade de retomar a oferta de uma Educação de qualidade e que atendesse as demandas específicas das crianças Surdas no Município, porém, com um grande desafio, sobretudo com os recursos estruturais, humanos e políticos para sua concretização.

Contudo, algumas mudanças, principalmente, com as orientações da resolução do COMED nº 01/2016 proporcionou, no período de 2018 a 2021, a entrada de um número considerável de profissionais intérpretes de Língua Brasileira de Sinais- Libras, para atuar nas escolas polos de educação de Surdos e em outras escolas inclusivas, todavia, um quantitativo insuficiente para a demanda e reestruturação de uma proposta bilíngue.

Foi nesse contexto que a construção das narrativas a partir da entrevista coletiva com os profissionais que atuavam nas escolas do Município ocorreu e nos possibilitou apreender o movimento dialético do trabalho dos TILSP na esfera de atuação no ensino fundamental I.

Então, as entrevistas foram realizadas com sete participantes que possuíam formação acadêmica diversa: cinco com licenciatura completa- Pedagogia, história, biologia; dois com licenciaturas em andamento- letras e letras-Libras, além disso, todos possuíam formação na área de Libras e a formação técnica em tradução e interpretação, um dos entrevistados era Mestre em Educação e cursava doutorado também em Educação.

Portanto, o perfil do TILSP com formação em nível médio foi uma orientação na lei (Decreto 5.626/05) com prazo determinado de dez anos, para a criação e oferta de cursos em nível superior (Bacharelados em Letras-Libras) em instituições públicas, a fim de suprir

a demanda de profissionais na área. Infelizmente a oferta de tais cursos foi insuficiente, gerando a continuidade da contratação com a formação mínima.

Assim, a formação em tradução e interpretação garante ao profissional o domínio da técnica na área, enquanto facilitador da comunicação. Contudo, não atende às necessidades educacionais das crianças Surdas em processo de aprendizagem e aquisição de línguas, desviando assim, a função do TILSP na Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental, evidenciando a necessária mudança tanto em relação à formação profissional como do paradigma da Educação de Surdos.

Não por acaso, a problemática está para além da simples disponibilização de um profissional bilíngue, sendo necessário um repensar sobre as múltiplas funções atribuídas ao TILSP no espaço escolar, ou seja, a relação social entre trabalho e o lugar desse profissional dentro do espaço escolar.

Em primeiro lugar, o trabalho é a categoria fundante do ser social, essa premissa está justificada nas obras Marxistas, aqui estamos recorrendo ao pensamento Lukacsiano quando desenvolve o conceito de trabalho a partir de uma analogia com a história de Ikursk:

A exteriorização é esse momento do trabalho através do qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade a ela externa, à causalidade e, por meio deste confronto, pode não apenas verificar a validade do que conhece e de suas habilidades, como também pode desenvolver novos conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente (LESSA, 2016, p. 27).

Outrossim, no desenvolvimento de sua profissão o bloco da entrevista selecionada expressa as angústias dos profissionais quando as condições concretas lhes impõem o desvio de sua função para o ensino, sendo responsabilizado pelo processo da aprendizagem dos estudantes Surdos, sem um acompanhamento sistemático pelo professor de sala. Nesse contexto, buscam apoio, orientação e a experiência de seus pares de profissão, não com o corpo pedagógico das escolas. Vejamos o relato:

Quando eu cheguei na prefeitura em 2018, já foi um baque, porque era algo bem diferente, tinha que ensinar, quem me deu, me deu um grande apoio foi a [Laura] porque quando eu entrei foi em julho ou agosto aí fiquei agosto, setembro fazendo malabarismo é porque eu não conhecia não sabia como é que era (THOMAS GALAUDETT, ENTREVISTA COLETIVA, 26/04/2021).

Essa narrativa nos revela o quão complexa é a atividade do tradutor intérprete de Língua de Sinais e Português- TILSP, estes profissionais são colocados em situações de

Educação de Surdos: o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o Tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa

ensino diariamente, ou seja, uma das condições materiais concretas de sua atividade que se articulada dialeticamente à realidade das crianças Surdas, principalmente, na Educação infantil e séries iniciais do Ensino fundamental.

Frequentemente, algumas crianças ainda não compreendem a função do intérprete na escola, estão em fase de aquisição de uma língua, nesse contexto o intérprete assume a função de responsável e professor da criança, fenômeno naturalizado dentro das escolas. Conseqüentemente, toda a comunidade escolar (família, corpo técnico, professores, administrativo) atribui ao intérprete a função de um segundo docente em sala de aula.

Além disso, com a constatação da dupla função do TILSP, problematizamos as mediações que circunscrevem e constituem esse fenômeno, uma delas, o professor e o intérprete na construção do planejamento pedagógico, os relatos dos entrevistados apontaram serem raros os momentos de planejamento coletivo, geralmente os professores comunicam rapidamente o que desenvolverão em sala e o TILSP se adequa ao planejado. Assim a categoria mediação:

expressa as relações concretas e vincula mútua e dialeticamente momentos diferentes de um todo. Neste todo, os fenômenos ou conjunto de fenômenos que os constituem não são blocos irredutíveis que se opunham absolutamente, ou cuja descontinuidade, a passagem de um ao outro se faça por saltos mecânicos. Pelo contrário, em todo esse conjunto de fenômenos se trava uma teia de relações contraditórias, que se imbricam mutuamente (CURY, 1985, p. 43).

Nessa trama das relações pedagógicas entre professor e o intérprete, Laura Bridgman narra, *“o professor já decidiu e ele só tá me mostrando e eu não vou ter tempo, assim um tempo suficiente, para realmente, organizar alguma coisa”* (ENTREVISTA COLETIVA, 2021), essas mediações impactam diretamente a atuação do profissional e o processo de desenvolvimento do estudante. Nesse sentido em outro trecho revela:

Planejamento o nome já diz né? É antecipar algo, mas assim, eu ainda vejo isso, da forma que [Thomas] falou né como sendo um professor acessível, porque a gente ver relatos piores, então, às vezes eu acho que, também, a questão é que eles não têm como, é que eu posso dizer, eles não compreendem realmente como funciona o nosso trabalho. Eles acham que o intérprete é como se fosse um computador e o Surdo também o receptor ali, que eu simplesmente vou passar tudo e ele vai entender (LAURA BRIDGMAN, ENTREVISTA COLETIVA, 26/04/2021).

Por outro lado, há o anseio do intérprete em colaborar com o professor da sala de aula no desenvolvimento de seu trabalho pedagógico, muitas vezes sem êxito devido a todo um sistema complexo vivenciado no cotidiano desses profissionais no

desenvolvimento de sua atividade como relatado anteriormente por Laura Bridgman. Ademais, não é sobre atribuir culpa ao professor, ainda que por vezes não compreenda claramente o trabalho do intérprete, em alguns casos, esses professores não desenvolveram em seus processos formativos, os conhecimentos adequados para mediar sua prática diária em sala de aula com estudantes surdos e a figura do TILSP.

Essas mediações são dialeticamente contraditórias (ZANOLLA, 2012), um movimento que causa estranhamento nos profissionais da Libras e ao mesmo tempo, força motriz na busca por estabelecer uma relação de bidocência e colaboração com o professor da sala de aula. Essa relação é um “processo e não ato em que alguma coisa se interpõe; mediação não está entre dois termos que estabelecem uma relação. É a própria relação” (MOLON 2016, p. 102).

Nesse sentido os entrevistados compreendem como positiva a abertura de alguns professores, no qual nomeiam de professores “mais acessíveis”, que minimamente dizem o que “irão trabalhar em sala de aula”, “como irão avaliar”, “pedem sugestões”, “mostram o livro, o texto ou vídeo que irão utilizar”. Porque existem experiências nas quais os professores:

[...] simplesmente só davam suas aulas, não se preocupava com os surdos e passava as atividades, tinha professor que a aula era pegue o livro e leia tal página e responda o questionário, a questão. Eu perguntava professor e os surdos? Respondia: eles leem o livro aí e respondem. Aí eu ficava de mãos atadas porque não ia bater de frente com os professores (THOMAS GALAUDET, ENTREVISTA COLETIVA, 26/04/2021).

Não obstante, a narrativa expressa a insatisfação do TILSP numa relação complexa na qual o despreparo docente para lidar com questões elementares da Educação de Surdos, parece emergir no cotidiano da prática pedagógica, como também o apagamento do profissional TILSP pelo desinteresse e não abertura do professor em entender as demandas do estudante Surdo. Que dentre outras questões, tem a língua portuguesa como L2, uma língua ainda em aprendizado e que por isso, possivelmente não conseguiria acompanhar os conteúdos apenas pela leitura do texto.

Reside aí mais um determinante das condições de trabalho e da atividade, do contexto no qual o TILSP, muitas vezes, interpreta improvisadamente utilizando-se de outras estratégias pedagógicas para minimizar os prejuízos impostos ao processo de aprendizagem do estudante Surdo. Assim, a atividade para Gonçalves e Furtado (2016, p.

Educação de Surdos: o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o Tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa

35) é “definida a partir do trabalho, que define o homem em sua humanidade, historicamente produzida.” Caracterizando-se também como a ação do homem em transformar a natureza, por meio dos instrumentos, e transformar-se a si próprio. Sendo este um movimento de apropriação dialética da realidade social (AGUIAR, 2009).

Essa realidade, revela as lacunas na qualificação profissional dos professores, que de acordo com Laura Bridgman há a necessidade de momentos formativos efetivos para esses docentes, para ela a fala do TILSP nas interações com os professores nem sempre é acolhida por seus colegas professores quando comparada à fala de formadores externos. Nesse sentido, complementa:

Mas principalmente os professores, porque às vezes só o que a gente fala não tem tanto peso e quando vem de outras pessoas, dos formadores, então, isso chama mais atenção para o professor. Então, acho que seria muito, muito bom que tivesse esses momentos para que os professores, realmente, vissem como é que funciona a coisa, porque formação para gente é muito bom, mas o professor é o que está regendo ali a sala né?! (LAURA BRIDGMAN, ENTREVISTA COLETIVA, 26/04/2021).

Para Laura, as ações formativas são direcionadas mais aos intérpretes que aos docentes que recebem diariamente o estudante com surdez em sala de aula. Em outro momento, Laura relata uma experiência de formação continuada com os professores regentes em lócus que, para ela, demonstrara potencial significativo para a transformação das práticas pedagógicas.

Eu lembro o primeiro momento nessa escola que a gente fez com esses professores, o que eles falaram: foi que eles tinham gostado mais formação com a gente do que com a Semed, só falam o que a gente, o que tinha de fazer e não dizia como fazer, e a gente não faz ideia de como fazer. E vocês vieram aqui só mostraram como é, deram alguns exemplos simples e a gente viu que algumas coisas não era um bicho de sete cabeças, dava pra gente fazer. Então assim, a partir daí foi bem melhor eu acho que, realmente, a formação do professor de sala é muito, muito importante (LAURA BRIDGMAN, ENTREVISTA COLETIVA, 26/04/2021).

É nesse movimento dialético de transformação da consciência que a práxis escolar poderá se constituir como revolucionária. A consciência e a atividade, então, irão se "constituir mutuamente, tendo em vista que a consciência se produz a partir da atividade humana, a qual é necessariamente atividade consciente, dotada de sentido e intencionalidade” (KAHHALE; ROSA, 2009, p. 33).

Ao considerar as determinações sociais e suas repercussões nesse processo educativo, as contradições que se apresentam passam a ser consideradas pelos professores e TILSP e assim, outras possibilidades podem ser criadas pelo coletivo a partir de mediações socioculturais, como por exemplo, formações em formatos que correspondam às condições concretas vivenciadas por esses profissionais.

Estabelecer uma relação colaborativa dentro dos processos pensados para aquela dada realidade, a saber, um ensino que se orienta pela Educação bilíngue de Surdos. O planejamento, as ações e a autoavaliação da práxis pedagógica é condição *sine qua non* para uma atividade de coensino.

5. Considerações

Nossa discussão objetivou problematizar e discutir as possibilidades do trabalho colaborativo e o coensino para a promoção da Educação Bilíngue para estudantes Surdos em uma cidade do Nordeste. As questões elencadas foram delineadas a partir das discussões da sócio-histórica, para isso, algumas categorias materialistas foram desenvolvidas ao longo do texto e nos auxiliaram na compreensão das condições materiais da relação de trabalho e da atividade dos tradutores intérprete de Língua de sinais e Português- TILSP e as mediações que tensionam as relações em sala de aula com os professores.

Há um claro desvio de função no desenvolvimento da atividade do TILSP, naturalizado socialmente e dialeticamente estruturado nas relações pedagógicas que se desenvolvem dentro e fora da sala de aula. A não vivência do planejamento coletivo é uma das mediações que atravessam o fazer pedagógico na Educação de Surdos no Município e fragilizam o processo de ensino aprendizagem.

Nessa direção os intérpretes revelavam a importância de uma formação pensada para a realidade concreta dos professores que vivenciam cotidianamente as práticas de ensino da Educação de Surdos, não obstante, a complexidade desse movimento e a contradição que transversalmente marca a condição de trabalho quando não se percebem ouvidos por seus colegas professores, embora tenham vivenciado boas experiências de socialização das suas experiências em momento de formação em lócus conduzido por eles mesmos. Esses elementos apontam para o coensino como potencial de transformação da realidade do ensino de estudantes com surdez no Município.

Referências

- BALL, S.J.; BOWE, R. *Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues*. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BIAPINA, I. M. L. de M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.
- BRASIL, 2005. Decreto nº 5.626 de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 10 de Junho de 2021.
- COSTA, E. M da; MARTINS, J. B. El proyecto vigotskiano para una psicología científica: apuntes sobre “El Significado histórico de la crisis de la psicología”. **Avances en Psicología Latino-americana**, Bogotá, Colômbia, v. 36, p. 537-551. 2018. ISSN2145-4515. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/issue/view/411>. Acesso em: 28 mai. 2021.
- CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. São. Paulo, Editora: Cortez e Autores Associados, 1985.
- GROSJEAN, F. The bilingual and the bicultural person in the hearing and in the deaf world. **Sign language studies**, v. 77, 1992, p. 307–320.
- _____. Individual Bilingualism. In: ASHER, R. (org.). **The Encyclopedia of Language and Linguistics** (Vol. 2, p. 840). London: Pergamon.
- _____. Studying bilinguals: metodological and conceptual issues. **Bilingualism: language and cognition**, v.1, n. 2, 1998, p. 131-149.
- _____. **Studying bilinguals**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2008.
- IBIAPINA, I. M.L. de M; BANDEIRA, H. M. M; ARAÚJO, F. A. M. (orgs.). **Pesquisa colaborativa: multirreferenciais e práticas convergentes**, 2016.
- LACERDA, C. B. F. de. *Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos*. **Cadernos de Educação**, UFPel, 2010. v. 36, p. 133-153. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=16&idart=186> Acesso em 10 de Junho de 2021.
- LACERDA, C.B.F. de. Surdez e Linguagem: implicações para as práticas educacionais, In: MELETTI, S. M. F; KASSAR, M. de C. M. (orgs). **Escolarização de alunos com deficiência: desafios e possibilidades**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. P. 171-202.
- LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyTcQHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- MENDES, E. G; VILARONGA, C. A. R; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: Unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MOLON, S. I. Constituição do sujeito na formação de professores: significação nas práticas cotidianas. **Revista Educação**, v. 41, n. 3, p. 567-578, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15506>. Acesso em: 12 ago. 2020.

PRATES, J. C. A questão dos instrumentais técnicos operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 2, ano 2, p. 1-8, dez. 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/948>. Acesso em 28 de maio de 2021.

RIBEIRO, L. L. **O tradutor intérprete de libras: análise da legislação vigente** / Luzimara Leis Ribeiro. Uberlândia-MG. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação, Universidade de Uberaba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniube.br/bitstream/123456789/1230/1/Luzimara%20Leis%20Ribeiro.pdf>.

ROMEIRO, S. A. L. V.; OLIVEIRA, I. N. de; SILVÉRIO, C. C. P. O trabalho do tradutor e intérprete de libras-português nas universidades federais brasileiras. **Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa**. Florianópolis, 2014. Disponível em: https://www.ufjf.br/interpretelibras/files/2014/02/O-trabalho-do-tradutor-e-int%C3%A9rprete-de-libras_ROMEIRO-OLIVEIRA-e-SILV%3%89RIO.pdf. Acesso em: 09 junho de 2021.

SILVA LIMA, F. R. **A prática Educativa dos TILS da região do Pindaré, Maranhão**. 2020. 61 f. Trabalho de conclusão de Curso (Monografia) – Graduação em Letras Libras, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

SILVA, G. M da. O bilinguismo dos Surdos: acesso às línguas, usos e atitudes linguísticas. **Revista Leitura**, Maceió, v.1, n. 58, p. 124-144, jan./jun. 2017. Disponível: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZyzyMITB1jUJ:www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/viewFile/2466/3370+&cd=19&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 09 de junho de 2021.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 73-102

SOUZA, M. M. P. de. TILS – “profissão perigo”, louvável ou de prestígio? Reflexões sobre o “eu” mediador e a língua(gem) do outro. In: 3º Congresso Nacional de pesquisas em Tradução e Interpretação de Língua de sinais e Língua Portuguesa, 2012. **Anais [...]** Disponível em: http://www.congressotils.com.br/anais/anais/tils2012_traducao_questao_souza.pdf. Acesso em 10 de Junho de 2021.

SUZANA, E. R. B. Professor ou intérprete? Reflexões sobre a atuação do tils na educação de surdos da escola regular. In: X ANPED SUL, Florianópolis, 2014. **Anais [...]**. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/614-0.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1986.

Educação de Surdos: o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o Tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa

VALIM, E. N.; RAGGI, D. G. Limites e possibilidades do tradutor-intérprete de Libras educacional e o surdo. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 05, ed. 06, v. 02, p. 106-130, jun. 2020.

WEI, L. Conceptual and Methodological Issues in Bilingualism and Multilingualism Research. In: BHATIA, T.; RITCHIE, W. C. (eds). Second edition. *The Handbook of Bilingualism and Multilingualism*. Malden, MA & Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2013. p. 26-51.

ZANOLLA, S. R. S. O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. **Revista Psicologia e Sociedade**, n. 24, p. 5-14, 2012.

Notas

ⁱ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Alagoas.

ⁱⁱ Sob o parecer de número 4.369.425.

ⁱⁱⁱ Todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

Sobre as Autoras

Sirlene Vieira de Souza

Mestre em Educação; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora Assistente da Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: sirlene.vieira@upe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7850-1847>

Meire Santos Pereira

Pedagoga; Especialista em Docência do Ensino Superior; Mestranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal de Alagoas; Professora e instrutora de Libras da Secretaria Municipal de Educação de Maceió; Tradutora intérprete de Libras da Universidade Federal de Alagoas do Curso de Letras Libras.

E-mail: meire.pereira@fale.ufal.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3770-7344>

Neiza de Lourdes Frederico Fumes

Graduação em Educação Física; Mestrado em Ciência do Movimento Humano; doutorado em Ciências do Desporto e Educação Física; Professora Titular da Universidade Federal de Alagoas, onde atua no Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado e no Doutorado), do CEDU/UFAL e no curso de graduação em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), do IEFE/UFAL. E-mail: neiza.fumes@iefe.ufal.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1913-4784>

Recebido em: 12/05/2022

Aceito para publicação em: 31/01/2023